

---

# Diretrizes para Políticas de Acesso Aberto para instituições que realizam investigação científica

**Autores:** Victoria Tsoukala, Marina Angelaki (EKT)

**Revisores:** Alma Swan (EOS), Mafalda Picarra (Jisc), Eloy Rodrigues (UMinho)

**Tradução:** Clara Boavida, Eloy Rodrigues (UMinho)

**Setembro de 2015**



**Setembro de 2015**

## Política de Acesso Aberto de [nome da instituição]

Estas diretrizes têm como objetivo apoiar o desenvolvimento de políticas de Acesso Aberto eficientes em organizações que realizam investigação científica. As diretrizes foram preparadas pelo Centro Nacional de Documentação (EKT) e pela SPARC Europe como parte do trabalho do projeto PASTEUR4OA e descrevem o contexto, o processo e um modelo de política que irá permitir às instituições desenvolver e implementar as suas próprias políticas de Acesso Aberto. A política proposta inspira-se, fortemente, nas orientações para o desenvolvimento de políticas de Acesso Aberto da UNESCO, nas diretrizes MedOAnet<sup>1</sup> para o Acesso Aberto, no trabalho sobre a eficácia das políticas de Acesso Aberto existentes levado a cabo pelo PASTEUR4OA e nas recomendações do projeto RECODE sobre políticas de Acesso Aberto para dados de investigação. A política proposta pretende o alinhamento das políticas institucionais com as Recomendações de 2012 da Comissão Europeia e com os requisitos do Horizonte 2020. A política segue as boas práticas atuais de políticas institucionais e de financiadores, provenientes da investigação do PASTEUR4OA sobre a eficiência das políticas, sugerindo o depósito em repositórios obrigatório e irrenunciável como a forma mais bem-sucedida para o crescimento do Acesso Aberto à informação científica.

---

<sup>1</sup> Diretrizes MedOAnet para a implementação de políticas de acesso aberto disponíveis em:  
<http://openaccess.sdum.uminho.pt/?p=2881>

## As políticas no atual contexto Europeu

O recente interesse mundial pelas políticas de Acesso Aberto é fruto de muitos anos de trabalho na promoção do conceito de Acesso Aberto pelos defensores do Acesso Aberto e pelos próprios investigadores. Também resulta da evolução das infraestruturas, para repositórios e revistas científicas, promovida pelos desenvolvimentos das tecnologias da informação e comunicação. O reconhecimento dos benefícios do Acesso Aberto, por financiadores de investigação e instituições, e a ideia amplamente apoiada de que a investigação financiada por programas públicos deva estar disponível para todos tornam urgente o desenvolvimento de políticas relevantes que garantam o Acesso Aberto como a prática padrão para a divulgação dos resultados de investigação.

A Comissão Europeia apoia o Acesso Aberto como prática padrão de disseminação da investigação resultante de financiamento público da União Europeia e inclui **a livre circulação do conhecimento como uma das cinco prioridades para o Espaço Europeu da Investigação (COM(2012) 392 final)**, assim como uma das partes constituintes de Investigação Responsável e Inovação (IRR), fortemente enfatizada no Horizonte 2020. No verão de 2012, a Comissão Europeia recomendou que os Estados-Membros desenvolvessem políticas nacionais para disponibilizar a investigação resultante de financiamento público em Acesso Aberto e que os financiadores de ciência e as instituições que realizam investigação científica desenvolvessem as suas próprias políticas, coordenadas a nível nacional e Europeu, de acordo com esta recomendação **(C(2012) 3890 final)**. **Além disso, o Acesso Aberto é exigido (mandatório) para todas as publicações com revisão por pares financiadas pelo Horizonte 2020.** Esta decisão segue a ação piloto sobre o Acesso Aberto que foi implementada no 7º Programa-Quadro. O Horizonte 2020 também irá incluir uma ação piloto relativamente ao Acesso Aberto aos dados de investigação. O Acesso Aberto aos dados de investigação está a receber uma atenção cada vez maior, mas a definição de políticas encontra-se ainda numa fase inicial.

Os desenvolvimentos mais significativos a nível político são o número crescente de políticas de Acesso Aberto de financiadores de ciência e de instituições que realizam investigação científica na Europa e no mundo. A maioria das instituições que realizam investigação científica estão a implementar políticas de Acesso Aberto obrigatórias, contribuindo para construir uma base sólida para que o Acesso Aberto se constitua como uma prática padrão de comunicar ciência. O registo ROARMAP de políticas de Acesso Aberto de repositórios, recentemente renovado pelo PASTEUR4OA, tem mais de 700 políticas de Acesso Aberto, dois terços das quais de universidades e instituições de investigação e mais de metade delas da Europa. Apresenta também um crescimento exponencial das políticas de Acesso Aberto a nível mundial nos últimos anos (<http://roarmap.eprints.org/>).

## O que é o Acesso Aberto?

O Acesso Aberto visa resolver o problema do acesso limitado aos resultados académicos, geralmente causado pelas altas taxas de assinatura das revistas científicas. É **a prática de dar acesso online à informação científica (artigos, monografias, dados de investigação) de uma forma gratuita para o leitor e licenciada** para que possa ser utilizada e explorada pelos investigadores, pela indústria e pelos cidadãos.

As principais definições de Acesso Aberto são as da Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto<sup>2</sup> (BOAI) e da Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto<sup>3</sup> (outubro de 2003).

## Como concretizar o Acesso Aberto

**Auto-arquivo (via Verde):** o autor publica a sua investigação onde preferir e, no momento de aceitação para publicação, arquiva uma cópia eletrónica da sua publicação com revisão por pares, e os dados de investigação relacionados, num repositório institucional ou temático, ficando disponível para todos.

Um repositório permite gerir, preservar e disseminar os resultados científicos de uma instituição. O repositório é uma ferramenta valiosa no sistema de informação científica e no processo de avaliação de uma instituição, oferecendo serviços de valor acrescentado para a comunidade científica.

**Publicação em Acesso Aberto (via Dourada):** os autores publicam a sua investigação em revistas científicas ou monografias em Acesso Aberto. Estas publicações estão disponíveis para todos os utilizadores na Internet. Os direitos de autor (ou copyright) são geralmente retidos pelos autores. As publicações em Acesso Aberto seguem os mesmos processos editoriais que as publicações tradicionais (nomeadamente a revisão por pares), mas proporcionam Acesso Aberto aos seus conteúdos. Não existe uma correlação entre a qualidade da publicação e o seu acesso.

---

<sup>2</sup> Iniciativa de Budapeste pelo Acesso Aberto disponível em:

<http://www.budapestopenaccessinitiative.org/translations/portuguese-translation>

<sup>3</sup> Declaração de Berlim sobre Acesso Aberto disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/about/docs/declaracao-berlim.pdf>

## Os benefícios de uma Política de Acesso Aberto

A aprovação formal do Acesso Aberto através de uma política institucional permite que as instituições possam fazer parte do ecossistema acadêmico e de investigação onde o acesso à investigação é imediato e aberto para benefício dos investigadores e dos cidadãos.

Uma instituição e os seus investigadores podem antever vários benefícios resultantes da implementação de uma política de Acesso Aberto eficiente:

### **A instituição:**

- Reúne e preserva a sua produção científica e divulga-a através do repositório da instituição
- Oferece a possibilidade de indexação e rastreio da produção científica da instituição a partir dos motores de busca internacionais, como o Google, etc.
- Monitoriza o número de visitas e utilização e reúne dados e indicadores que podem ser no planeamento institucional, na procura de fontes de financiamento, etc.
- Oferece oportunidades para a utilização e reutilização da produção da instituição para fins científicos (CVs, publicações, relatórios de excelência, indicadores, websites institucionais, websites pessoais, etc.)
- Fortalece os canais de comunicação e colaboração internacional e o perfil internacional da instituição

### **Os investigadores:**

- Aumentam a visibilidade e as citações da sua investigação
- Aumentam a utilização da sua investigação
- Aumentam o impacto da sua investigação
- Obtêm uma ligação permanente para cada um dos resultados da sua investigação

## O conteúdo da política em resumo

A política de Acesso Aberto institucional aqui proposta é alinhada com as Recomendações da Comissão Europeia sobre o Acesso Aberto à informação científica (**C(2012) 4890 final**) na medida em que requer o depósito e o Acesso Aberto através dos repositórios, institucionais ou temáticos. É, por outras palavras, uma política de Acesso Aberto “Verde”. Este alinhamento facilita o cumprimento das políticas entre os investigadores de diferentes países que são co-autores de artigos e de outras publicações e do requisito da maioria dos financiadores de investigação científica nacionais e privados.

**A política é mandatória**, ou seja, requer o depósito imediato da versão do autor (ou a versão do editor se permitida) num repositório imediatamente após aceitação para publicação e o depósito está **ligado aos processos de avaliação**. A política define que o depósito das publicações no repositório não pode ser dispensado. A investigação do PASTEUR4OA sobre a eficácia das políticas mostra que as políticas mais eficazes são aquelas que incluem as características acima mencionadas e, por esta razão, recomendamos que sejam incluídas em todas as políticas.

Finalmente, **a política requer Acesso Aberto imediato** aos artigos científicos sempre que possível, mas permite um período de embargo (ou seja, o texto completo dos artigos depositados pode permanecer fechado) até 6 meses para as áreas da Ciência, Tecnologia, Engenharia e Medicina ou até 12 meses para as Ciências Sociais e Humanidades. Neste caso, os metadados do artigo (detalhes bibliográficos) serão imediatamente disponíveis pois estes detalhes não podem ser objeto de embargo. Estes detalhes bibliográficos serão indexados pelos motores de busca na web, tornando o artigo localizável mesmo durante o período de embargo do texto integral. No caso de monografias a política requer o acesso aos metadados e incentiva os investigadores a disponibilizar Acesso Aberto tendo em consideração as restrições definidas pelo editor.

## O que é necessário para implementar uma Política de Acesso Aberto

Os processos e ferramentas seguintes são necessários na implementação de uma política de Acesso Aberto de [nome da instituição].

1. **Avaliação das políticas internacionais** e posicionamento da organização no contexto internacional de comunicação científica e práticas de edição.
2. **Participação no diálogo e colaboração** entre os público-alvo, dentro e fora da organização, sobre o desenvolvimento da política. Criar um Grupo de Trabalho sobre Acesso Aberto e um Grupo de Implementação do Acesso Aberto com todas as partes representadas.
3. **Infraestrutura, isto é, um repositório de Acesso Aberto.** Disponibilização de um repositório institucional próprio ou outros acordos que apoiam a implementação de políticas através da economia de escala e iniciativas colaborativas.
4. **Desenvolvimento do conteúdo da política** com descrição clara dos papéis e responsabilidades das partes interessadas envolvidas (por exemplo, a presente política recomendada).
5. **Apoio e formação para os investigadores** (apoio individual e seminários para investigadores sobre o repositório, direitos e autor e Acesso Aberto, modelos e materiais de informação, etc.). As bibliotecas de ensino superior geralmente gerem os repositórios e oferecem formação aos investigadores sobre como depositar as suas publicações, assim como informam sobre como estar em conformidade com as políticas institucionais e dos financiadores (como a que é sugerida aqui).
6. **Incentivos e recompensas para os investigadores** (serviços de valor acrescentado: relatórios dinâmicos, relatórios por escola / departamento / instituto etc., estatísticas sobre o progresso e impacto, inclusão da edição em Acesso Aberto nos critérios de progressão de carreiras de jovens investigadores, etc.)
7. **Implementação da política e mecanismo(s) de monitorização.** Um plano para a implementação da política, através do qual o seu progresso é verificado. Monitorização da conformidade através dos serviços oferecidos pelo repositório e comparação com a lista anual de publicações da instituição (gravada no sistema institucional, como um CRIS ou encontrada nos serviços de indexação comerciais). Publicação de relatórios relacionados.
8. **Disponibilização de recursos para garantir a sustentabilidade a longo prazo destes serviços e atividades.** O financiamento a longo prazo e os recursos humanos da organização devem ser atribuídos para o sucesso da política mudando práticas institucionais relativamente ao Acesso Aberto à informação científica.

## Lista de verificação prática para Instituições que realizam investigação

- Mapeou políticas internacionais relevantes de Acesso Aberto de publicações e dados de investigação?
- Envolveu os intervenientes da instituição e não só no desenvolvimento da política (por exemplo, foi criado um Grupo de Trabalho sobre Acesso Aberto)?
- Avaliou a infraestrutura e serviços considerando potenciais colaborações que permitam a evolução da infraestrutura (por exemplo, participar num repositório colaborativo com outras instituições baseado num SaaS – software enquanto serviço – como o Serviço de Alojamento de Repositórios Institucionais do RCAAP).
- A sua política incluiu afirmações sobre:
  - Acesso Aberto como o padrão para todas as publicações com revisão por pares?
  - Auto-arquivo no repositório institucional ou outro repositório adequado como a primeira opção para alcançar o mencionado acima?
  - Distribuição das responsabilidades entre as partes envolvidas?
  - Momento do depósito e local de depósito?
  - Especificações técnicas?
  - Licenciamento?
  - Monitorização e conformidade da política?
- Oferece ou planeia oferecer orientação e apoio aos investigadores para colocarem as suas publicações e os dados de investigação abertos?
- Adotou medidas para compensar os investigadores que colocarem as suas publicações em Acesso Aberto? (por exemplo, Acesso Aberto como critério formal na progressão de carreiras) e, por outro lado, a política indica que se falharem com a colocação das suas publicações em Acesso Aberto irão ter implicações na sua progressão de carreira?
- Foi estabelecido um mecanismo de monitorização do cumprimento da política?
- Foi decidido como e quando vai ser avaliada a eficácia da política?
- Desenvolveu um plano de recursos e sustentabilidade de apoio à política de Acesso Aberto no seio da instituição (papéis, responsabilidades, recursos)?

## Modelo de Política de Acesso Aberto

POLÍTICA DE ACESSO ABERTO DE [NOME DA INSTITUIÇÃO]

[Nome da instituição] adota uma Política de Acesso Aberto baseada nos seguintes princípios:

### Artigo 1

#### Princípios Gerais

1. A política de Acesso Aberto de [Nome da instituição] pretende disponibilizar acesso online e gratuito aos resultados de investigação.
2. O Acesso Aberto aos resultados científicos baseia-se no conhecimento reconhecido como um bem público com benefícios sociais e económicos derivados.
3. A divulgação dos resultados de investigação de uma forma eficiente e ampla constitui uma parte significativa do papel de [Nome da instituição] como uma organização que realiza investigação.
4. O aumento da visibilidade dos resultados de investigação em Acesso Aberto conduz a um aumento do impacto das publicações.
5. O depósito no repositório institucional de [Nome da instituição] garante a curadoria, preservação a longo prazo e uma maior divulgação e acesso à produção científica para a realização de avaliação interna e externa.

### Artigo 2

#### Definições

- Uma **Publicação** define-se como um trabalho de investigação com revisão por pares publicado (ou em publicação) por investigadores de uma instituição (como indicativo abarca artigos, monografias, capítulo de livros, relatórios, apresentações em conferências).
- Um **Investigador** é qualquer membro de [Nome da instituição] que realize investigação, independentemente do seu estatuto ou carreira.
- [Nome do repositório] é um **Repositório Institucional de Acesso Aberto** estabelecido pela [Nome da instituição] de acordo com as normas internacionais, contendo conteúdo digital de diversas áreas científicas e disponibilizando ferramentas avançadas de pesquisa, navegação e Acesso Aberto às suas coleções digitais.
- Uma **Cópia digital** é uma cópia eletrónica da versão final da publicação (quer seja a versão final do autor depois da revisão por pares ou a versão do editor).
- **Dados de investigação** são dados (estatísticos, resultados de experiências, medidas, observações, gravações de entrevistas, imagens, etc.) usados para validar os resultados apresentados nas publicações científicas.
- Um **Embargo** é o período durante o qual uma publicação pode estar ‘fechada’ enquanto depositada num repositório (ou seja, a publicação não está disponível em Acesso Aberto).
- **Metadados** são os elementos usados para descrever, detetar, usar e gerir os itens depositados (como indicativo: título da publicação, resumo, palavras-chave, autor(es), afiliação, nome da revista científica onde a publicação foi aceite, etc.).
- Um **Repositório adequado** é aquele que disponibiliza Acesso Aberto aos resultados científicos, permite a citação através de identificadores permanentes (DOI ou outro) e tem metadados de qualidade (incluindo o reconhecimento do financiador da investigação) com base nas diretrizes e padrões aceites.

### Artigo 3 Política

A(O) **[Nome da instituição]**, a partir de **[data]**:

1. Requer aos seus autores o depósito obrigatório no repositório institucional de uma cópia eletrónica do texto integral (versão final do autor ou versão do editor), assim como dos metadados, de todas as publicações aceites para publicação. Os autores são responsáveis pelo depósito atempado das suas publicações no repositório institucional.
2. Requer que o texto integral de todas as publicações referidas em 1 fique imediatamente disponível, em Acesso Aberto, no momento do depósito ou logo que possível após esse momento. Em todos os casos, os metadados devem ficar imediatamente disponíveis em Acesso Aberto no momento do depósito. Para publicações com revisão por pares, a versão depositada pode permanecer restrita até 6 meses (ou até 12 meses para as ciências sociais e humanidades). Para as monografias, o depósito referido em 1 permanece obrigatório, mas o acesso será mantido restrito até à conclusão do período de embargo.
3. Incentiva os seus autores a depositar no repositório institucional, ou noutro repositório de dados científicos adequado, todos os conjuntos de dados de investigação que servem de evidência às suas publicações.
4. Incentiva os seus autores a conservar, sempre que possível, os direitos de autor das suas publicações e apenas conceder à editora uma licença para publicar. Isto é possível através do uso de adendas aos contratos de publicação.  
Os modelos estão disponíveis em: <http://www.sparc.arl.org/resources/authors/addendum> e <http://copyrighttoolbox.surf.nl/copyrighttoolbox/index.html>.
5. Incentiva os seus autores a depositar no repositório institucional as publicações anteriores à data de entrada em vigor desta política e a disponibilizá-las em Acesso Aberto, sempre que possível.

### Artigo 4 Apoio e Monitorização da Política de Acesso Aberto

**[Nome da instituição]**

1. Facilita a adoção do Acesso Aberto através da organização de seminários, eventos, ações de sensibilização e formação sobre as questões do Acesso Aberto.
2. Monitoriza o cumprimento desta política comparando os conteúdos do repositório com a informação recolhida nos serviços de indexação e através dos dados de utilização (acesso e *downloads*) por publicação / departamento / unidade / instituto, etc.
3. Disponibiliza os recursos humanos necessários e a infraestrutura adequada de apoio à Política de Acesso Aberto.
4. Disponibiliza ligações permanentes e interoperabilidade com outras bases de dados como o *Google Scholar*.